

Dra. Fabiola Sucasas Negrão Covas, promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo. É diretora da APMP Mulher, da Associação Paulista do Ministério Público, diretora do Ministério Público Democrático, promotora do Grupo de Enfrentamento à Violência Doméstica do Ministério Público do Estado de São Paulo e atualmente é promotora de Justiça e assessora do Centro de Apoio Cível e Tutela Coletiva, Núcleo de Direitos Humanos/Inclusão Social e responsável pela criação do projeto de Prevenção da Violência Doméstica com a Estratégia de Saúde da Família, que, recebeu a menção honrosa no XIII Prêmio Innovare, e, integra o Plano Nacional de Segurança Pública.

Dra. Tatiane Moreira Lima, bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas em 2001. Especialista em processo civil pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas em 2002. Ingressou na magistratura em 2007, julgando na região de Jundiá. Promovida à juíza titular em 2008, na comarca de Cerquilha. Em 2011, veio para São Paulo, onde atuou na Vara da Infância e Juventude de São Miguel Paulista, e, desde 2012, atua na Vara da Violência Doméstica Oeste do Foro Regional do Butantã. Por ano faz, em média, 800 audiências de mulheres em situação de violência. Realiza projeto com os homens em situação de violência familiar, para que não voltem a reincidir. Realiza também reuniões e capacitações constantes com a rede de atendimento da mulher em situação de violência. Mãe de dois filhos, Sofia de seis e Lorenzo de quatro. Mestranda em Violência Doméstica pela Faculdade de Medicina da USP.

Francisca de Fátima Costa, líder religiosa cristã, é mãe de três filhos, seis netos e um casal de bisnetos. Trabalha como autônoma e é voluntária ajudando as populações mais carentes de sua congregação religiosa. É casada com o pastor evangélico Adilson Costa e, hoje, Dia das Mães, está comemorando 40 anos de casamento.

Ione Aparecida Marques, mãe de três filhos e dois netos, Gustavo e Laura. Costureira, líder comunitária do Jardim Flor de Maio, onde mora há 20 anos. Busca benfeitorias para o bairro junto ao Poder Público. Atua também na regularização fundiária dos imóveis de moradores do bairro.

Ivanise Esperidião. Em 23 de dezembro de 1995, Fabiana Esperidião, de 13 anos, não voltou para casa após ter ido visitar uma vizinha. A partir daquele momento, a vida de sua mãe nunca mais foi a mesma. Durante três meses, ela percorreu diariamente hospitais, delegacias e unidades do Instituto Médico Legal, atrás de alguma pista sobre a garota, que nunca chegou. Nessa busca, conheceu outras famílias na mesma situação, e, em março de 1996, após um encontro organizado por ela em frente à Catedral da Sé, nasceu o Movimento Mães da Sé, entidade que ajuda na divulgação de fotos de pessoas desaparecidas. Em 20 anos de atuação, a instituição cadastrou mais de dez mil casos no País. Desse total, cerca de quatro mil tiveram um final feliz.

Katia Shirley Quintieri, é mãe de um casal de jovens, bacharel em Direito, secretária do Conseg Jaçanã/Tremembé, onde atua para melhorar a segurança de sua região. Também é empresária e proprietária de centro automotivo.

Lusmar Cavalcante, mãe de três filhos, formada em Marketing, é membro e voluntária da ONG Elas Por Elas, Vozes e Ações das Mulheres, que atua ajudando as mulheres na luta contra o câncer.

Luzinete de Souza Silva, mãe de seis filhos, cinco mulheres e um homem, oito netos, um a caminho, duas bisnetas. Bordava vestidos de noiva na rua São Caetano, para ajudar a sustentar a família. Mesmo sem saber ler e nem escrever, olhava os cadernos dos filhos e, se não achava a letra bonita, mandava refazer a lição. Ensinou a respeitar especialmente os professores e todas as pessoas, indistintamente. Batalhadora, guerreira, nunca deixou faltar nada em casa. É a mãe da deputada Clélia Gomes.

Mãe Vera Lúcia de Oxum, é a mãe biológica da Fernanda, sua casa de câmbio Ilê Maroketu Axé Oxum, uma das mais tradicionais de São Paulo, e tem vários filhos de santo. Realiza trabalhos sociais com sua comunidade, ajudando aqueles que precisam de apoio espiritual.

Magda Luz Sucasas Negrão, professora de piano, concertista pelo Conservatório Dramático da cidade de São Paulo, professora normalista pelo Instituto Caetano de Campos, com especialização em Canto Orfeônico e Licenciatura Plena em Educação Artística e Musical. Aos 74 anos, graduou-se como bacharel em Direito e com pós-graduação em Direito Processual Civil. É mediadora e conciliadora do Cejus e do Ministério Público no Fórum de Santana.

Márcia Christina Badari, vereadora eleita em 2016 pela cidade de Piracaja, mãe de três filhos e bacharel em Direito. Aposentada após 30 anos de trabalho no Tribunal de Justiça.

Maria Aparecida Paulino, militante do Conseg Jaçanã, Conselho de Segurança, que ajudou efetivamente em diminuir a insegurança do bairro. Trabalhou 30 anos como enfermeira e é mãe de um casal de filhos.

Maria Goreti Oliveira Souza é conselheira tutelar do Jaçanã, mãe de dois filhos, três netos, trabalhou como gestora da UBS Jaçanã por quatro anos, onde conseguia consultas e exames para os que tinham mais dificuldade no agendamento desses serviços.

Mércia Barros Bailoni, natural de Lucélia, São Paulo, é casada com Vanderlei Bailoni há 50 anos. Tem três filhos, Sérgio, Márcio e Adriano, dois netos, Guilherme e Danilo. Formou-se em música, piano, no Conservatório Musical de Santana, tendo lecionado para inúmeras crianças e adolescentes. Mãe e esposa exemplar, é o braço direito de seu esposo. Atualmente com 70 anos, ainda trabalha com floricultura no cemitério da Vila Alpina. Como mãe, procurou sempre manter a família unida, pois entende que a família é a base da sociedade.

Marisa Amaro Malvestio, enfermeira do SAMU São Paulo, consultora técnica da CGUE, Ministério da Saúde e coordenadora do grupo de trabalho UEPH do Coren, São Paulo.

Mônica Penco Villas, terceira filha de uma família de quatro crianças, desde pequena afirmava que seria professora quando adulta. Fez curso de magistério no Cefam, e, com 18 anos, iniciou a área educacional, já com desafio de alfabetização em mãos. O encantamento foi tanto, que, reafirmou o sonho de infância. Formou-se em Letras e passou a ter contato com os mais variados níveis de ensino, da Educação Infantil ao Ensino Médio. Em 2010, foi convidada para dirigir uma escola de Educação Infantil, onde está até hoje. A escola é sua vida. Dedicou seus dias a cuidar e ensinar os filhos das famílias que confiam a ela suas joias mais preciosas. Em paralelo a esse processo, realizou seus sonhos pessoais - formar a sua própria família. Mônica é mãe de duas lindas meninas, e procura sempre a melhor forma de conciliar os anseios e realizações pessoais e profissionais. Em seu nome, homenageamos todas as professoras que cuidam dos nossos filhos enquanto trabalhamos.

Noêmia Mincauscaste, mãe de dois filhos, avó de quatro netos, viúva há oito anos, militante e fundadora do SOS Edu Chaves, Moradores Contra Enchentes.

Tatiana Corina Medêa Antonili Presti, 37 anos de idade, cirurgiã dentista há 15 anos. Mãe. Busca a universalização do acesso à saúde bucal como forma de inclusão social e garantia da própria cidadania.

Terezinha Monteiro Batista, é membro do movimento SOS Edu Chaves, Moradores contra Enchentes. Trabalhou durante 15 anos para a construção do NCI, Núcleo de Convivência do Idoso, do parque Edu Chaves, que foi inaugurado no final de 2016. É conselheira de saúde da UBS Parque Edu Chaves e do Hospital São Luiz Gonzaga.

\* \* \*  
- São entregues os buquês de flores.  
\* \* \*

A SRA. PRESIDENTE - CLÉLIA GOMES - PHS - Para falar em nome de todas as homenageadas, chamamos a Sra. Terezinha Monteiro Batista.

A SRA. TEREZINHA MONTEIRO BATISTA - Depois de ouvir tantas coisas, apesar de algumas mais tristes, do nosso sofrimento, mas também da alegria de nós podermos estar aqui ouvindo a vitória de todas essas pessoas que permanecem aqui.

Eu me incluo no meio delas, porque também trabalhamos bastante para a construção do nosso NCI, durante 15 anos, lutamos desde de 1991. Durante 13 anos para a canalização do Rio Cabo Sul, com o Movimento do SOS Edu Chaves, Moradores Contra Enchentes.

Atualmente, faço parte do conselho gestor do Hospital São Luiz Gonzaga, e do conselho gestor da Unidade Básica do Parque Edu Chaves.

Quero agradecer a todos por essa oportunidade de estarmos aqui, e também quero fazer uma homenagem à nossa digna deputada pelo seu trabalho na nossa comunidade, e quero agradecer mais uma vez a essa oportunidade, de estar aqui e dizer que estou muito sensibilizada.

Eu gostaria também de falar dos meus problemas, mas eu já sei que eles se incluem no meio de todos os outros problemas e de todas as mães vencedoras.

Muito obrigada.

A SRA. - A todas as mães eu dedico também o meu carinho. Nós somos do Parque Edu Chaves, e aqui temos a nossa coordenadora, também, a Jussara. Venha aqui, Jussara, assim todos vão ver você também.

Temos muitos amigos e amigas no nosso novo lar, é muito lindo, e todas as senhoras e senhores que estão indo lá estão muito felizes com o acontecimento.

Convido a Sra. Magda para comparecer lá e ver a nossa sede, é muito boa. Conheço a Magda há muitos anos, ela é está com 74 agora. Eu estou com 79. Eu tenho 79 anos e me orgulho da minha idade, porque Deus me deu felicidade, amém.

A SRA. PRESIDENTE - CLÉLIA GOMES - PHS - Essas senhoras são as minhas inspirações de luta por uma sociedade melhor, por um País melhor. Nós mulheres somos firmes. Nós somos maravilhosas, realmente. Eu quero agradecer a presença da visita monitorada na Alesp pelo Instituto Profissionalizante Paulista, o IPP - muito obrigada.

Nós estamos fazendo homenagem ao "Dia das Mães". Eu quero desejar a mãe de todos vocês também muita luz, muita paz e muita saúde. Um beijo no coração de vocês.

Esgotado o objeto da presente sessão, esta Presidência agradece às autoridades, à Mesa, à minha equipe, aos funcionários dos serviços de Som, da Taquigrafia, de Atas, ao Cerimonial e à Imprensa, à TV Legislativa, às assessorias das Polícias Civil e Militar, bem como a todos que, com suas presenças, colaboraram para o êxito desta solenidade.

Sintam-se todas abraçadas, um feliz dia das mães. Está encerrada a sessão.

\* \* \*  
- Encerra-se a sessão às 12 horas e 34 minutos.  
\* \* \*

## 29 DE MAIO DE 2017 74ª SESSÃO ORDINÁRIA

**Presidentes: CARLOS GIANNAZI, CORONEL CAMILO e CORONEL TELHADA**  
**Secretário: CORONEL TELHADA**

### RESUMO

#### PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CARLOS GIANNAZI Assume a Presidência e abre a sessão.  
2 - CORONEL TELHADA Informa que o deputado Jooji Hato sofreu AVC, desejando desde já seu pronto restabelecimento. Lamenta a morte do soldado PM Lucas Godoy Souza, integrante do 42º Batalhão da Polícia Militar Metropolitana, de Osasco, vítima de acidente de motocicleta durante perseguição a suspeito. Apela ao governador Alckmin para que conceda aumento salarial aos servidores da Polícia Militar.  
3 - CORONEL CAMILO Assume a Presidência.  
4 - CARLOS GIANNAZI Comenta as dificuldades dos professores readaptados na Rede Estadual de Educação, em parte impostas por decisões equivocadas do governo estadual. Afirma que profissionais dessa categoria estão sendo transferidos a municípios distantes de suas residências. Considera esta atitude uma afronta aos direitos dos servidores e à qualidade da Educação Pública.  
5 - CORONEL TELHADA Assume a Presidência.  
6 - CORONEL CAMILO Discorre sobre a necessidade da revalorização salarial da categoria dos policiais militares. Comenta que a carreira tem série de riscos e restrições. Clama ao governador Geraldo Alckmin para que avalie imediatamente conceder reposição das perdas inflacionárias à categoria.  
7 - CORONEL CAMILO Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.  
8 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 30/05, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização de sessão solene, hoje, às 20h, em "Celebração do Dia Estadual de Liberdade Religiosa". Levanta a sessão.

\* \* \*  
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Gian-  
nazi.

\* \* \*  
O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

\* \* \*  
- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

\* \* \*  
O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, funcionários e assessores da Assembleia, azeules que nos assistem pelos gabinetes, senhor e senhora policial militar aqui presentes, telespectadores da TV Assembleia. Acabei de receber a notícia de que nosso amigo Jooji Hato sofreu um AVC na última sexta-feira. Quero manifestar meu apoio ao deputado e à sua família, desejando, publicamente, seu pronto restabelecimento. Sabemos que o AVC é uma coisa complicada, mas, se Deus quiser, ele logo estará novamente aqui conosco. É um dos deputados que mais frequentam as sessões plenárias. Portanto, sentiremos muito sua falta enquanto estiver internado. Mas, se Deus quiser, logo ele estará novamente conosco na labuta diária da sessão ordinária.

Nesta segunda-feira, quero dizer a todos que, infelizmente, a Polícia Militar mais uma vez está de luto. Dessa vez, é um soldado do 42o Batalhão Metropolitano, na região de Osasco. Gostaria de exibir sua foto.

Foi na última sexta-feira, por volta de 17 horas. Ele estava de serviço na equipe da Rocam - Ronda Ostensiva com Apoio de Motocicletas. Juntamente com outras viaturas, ele pilotava uma motocicleta, fazendo o acompanhamento de um veículo suspeito, quando um transeunte atravessou a rua. O policial não teve tempo hábil para desviar e, infelizmente, atingiu esse cidadão. Com o choque entre a motocicleta e o transeunte, o soldado Godoy caiu no solo, resultando em afundamento craniano. E ele estava de capacete.

O soldado Lucas Godoy Souza ficou uns dias internado no hospital e, infelizmente, nesse fim de semana, faleceu. Ele estava na Polícia Militar desde maio de 2014, portanto há três anos. Participou de várias ocorrências e era muito conceituado no 42o Batalhão Metropolitano, em Osasco. Era o orgulho de seus pais e a honra dos irmãos. Era muito querido pela tropa, mas infelizmente nos deixou nesse fim de semana. É mais um policial militar jovem que morre no cumprimento da missão, dessa vez num acidente de motocicleta.

E nós continuamos da mesma maneira na Segurança Pública, com deficiência salarial e com falta de valorização dos nossos homens e mulheres em todos os níveis, não só no estadual. Há dois anos, estamos aqui falando a mesma coisa: reajuste salarial, reajuste salarial, reajuste salarial... E nada é feito. Nossos homens têm um dos piores salários de Polícia Militar do Brasil. Apesar de São Paulo ser um dos estados mais pujantes da nação, é um dos que pagam pior seus funcionários públicos, em especial a Polícia Militar.

Então, governador Geraldo Alckmin, mais uma vez aqui estamos de público solicitando a V. Exa. o reconhecimento devido à carreira policial militar. Falamos com V. Exa., na última sexta-feira, que há um claro de mais de cinco mil homens e mulheres na nossa corporação. Vossa Excelência tem sobre sua mesa, só aguardando assinatura, o início do novo curso para soldados. Há uma perspectiva de 4.600 homens e mulheres a iniciarem o curso de imediato, tão logo V. Exa. autorize. E mais uma vez estamos aqui pedindo a V. Exa. que assinie, autorize esse início de curso, porque todos os municípios estão com falta de efetivo. A cidade de São Paulo tem falta de efetivo de policiais militares, lembrando que a formação desses novos policiais vai demorar um ano para que estejam em condições de trabalhar nas ruas. Portanto isso já era para ter sido feito ontem, é urgente.

Esses homens e mulheres são vocacionados para essa carreira, vide o exemplo do soldado Lucas Godoy Souza, que neste final de semana deu sua vida em prol da sociedade paulista. Mais um policial militar que falece no cumprimento da missão, e o mínimo que este Estado pode fazer é reconhecer esse sacrifício, reconhecer os policiais que ainda estão na luta, no combate contra o crime.

\* \* \*  
- Assume a Presidência o Sr. Coronel Camilo.  
\* \* \*

Sr. Presidente, solicito que minhas palavras sejam encaminhadas ao comandante do 42º Batalhão de Polícia Militar Metropolitana, dando os pêsames não só ao batalhão, mas à família do soldado Lucas Godoy Souza, e também ao Sr. governador do Estado, mais uma vez apelando pelo reajuste salarial da nossa querida Polícia Militar.

Muito obrigado.  
O SR. PRESIDENTE - CORONEL CAMILO - PSD - Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, telespectadores da TV Assembleia, estamos hoje com uma audiência pública, tratando de uma questão muito importante, que é um projeto de lei que nós apresentamos sobre o vale-alimentação dos servidores aposentados das universidades públicas.

\* \* \*  
- Assume a Presidência o Sr. Coronel Telhada.  
\* \* \*

Mas gostaria, Sr. Presidente, de aqui fazer uma grave denúncia, que inclusive já fiz, em relação à Resolução nº 18, de 2017, publicada recentemente no dia 10 de abril no Diário Oficial, penalizando ainda mais os professores readaptados da rede estadual, professores que já são penalizados porque adoeceram no trabalho, foram vítimas das precárias condições de trabalho da rede estadual, da superlotação de salas, da violência, da jornada estafante de trabalho, do assédio moral. Falo não só de professores, mas de vários servidores, inclusive do Quadro de Apoio. Mas como se não bastasse isso, depois que o professor é readaptado e não pode mais lecionar em sala de aula, presta algum tipo de trabalho importante. Deveria estar participando das atividades da escola, auxiliando no projeto pedagógico, só não poderia entrar em sala de aula, porque está readaptado. Mas ele é marginalizado nas escolas, muitas vezes vítima de outro assédio moral, de perseguição, de menosprezo e desse processo de marginalização.

Mas como se não bastasse isso - foi readaptado, adoeceu no trabalho, depois é discriminado porque é readaptado -, não contente com tanta penalização, o governo Alckmin, através da Secretaria de Educação, publicou no Diário Oficial uma resolução, mudando o módulo dos professores readaptados. E com isso está criando uma grande confusão, e eu diria uma grande desumanidade contra os professores readaptados. Quando o professor entra em readaptação, fica readaptado na sua própria escola, numa escola, logicamente, perto de sua residência. O governo mexe nessa estrutura e faz uma transferência em

massa de professores readaptados para regiões distantes das suas casas, das suas realidades e das suas escolas, onde eles tinham lotação, afrontando inclusive o direito de remoção desses professores. Um absurdo. Temos vários casos de pessoas que estão adoecendo agora mais ainda. Estou acompanhando os professores de Iporanga, que foram transferidos para Apiaí. Isso quebra o vínculo daquela pessoa com a escola, com o projeto pedagógico, com a comunidade escolar em que estava trabalhando há 10, 15 20 anos mesmo como professores readaptados. Temos notícias de professoras readaptadas que são obrigadas a viajar 160 quilômetros todos os dias porque foram transferidas de forma autoritária por esta Resolução nº 18. É um crime, é uma afronta à dignidade humana dos professores readaptados da rede estadual.

Já acionei o Ministério Público estadual, as entidades representativas do Magistério. Tanto o CPP, como a Apeoesp já acionaram a Justiça entrando com mandado de segurança. A Aspresp, Associação dos Professores Readaptados do estado de São Paulo, também está entrando com mandado de segurança, quem nos informou foi a nossa coordenadora presidente Profa. Rosi Tomura, inclusive tenho o documento que nos encaminhou dando conta desse mandado de segurança criticando veementemente a posição do governo estadual em fazer essa transferência para lugares distantes, para outras realidades, que não têm nada a ver com a pessoa, que vai adoecer ainda mais porque isso vai trazer custo à pessoa, vai ter de pagar condução, vai ter despesa, enfim, um absurdo.

Quando achávamos que toda maldade já tinha sido feita contra os professores readaptados, eis que o secretário Nalini publica esta resolução afrontando ainda mais a dignidade e a saúde dos servidores da Educação que estão readaptados.

Já fui ao Ministério Público estadual, as entidades já entraram com mandado de segurança, a Associação dos Professores Readaptados também, há toda uma mobilização nesse sentido. Portanto, vamos continuar cobrando do governo estadual para que faça a revogação imediata desta criminosa e desumana resolução, que só piora ainda mais a vida e a saúde dos professores readaptados.

Sr. Presidente, passo a ler documento que recebemos da Aspresp para que conste no "Diário Oficial" do Poder Legislativo a fim de todos tenham informações a respeito desta afronta, deste crime, mais um crime que o governador Geraldo Alckmin está cometendo contra o Magistério paulista, agora contra os professores readaptados.

Eis a integra do documento a que me referi:  
Associação dos Professores Readaptados do Estado de São Paulo

Mococa, 15 de Maio de 2017.  
Ilmo. Sr. Deputado Carlos Giannazi  
Deputado Estadual  
Prezado Senhor,

A Aspresp - Associação dos Professores Readaptados do Estado de São Paulo - lamenta a forma como a Resolução SE 18 de 10-04-2017 foi elaborada. As informações contidas na mesma não só desprezitem as condições dos professores readaptados como também gerou uma sequência de dúvidas às Diretorias de Ensino e às escolas sobre como deveriam agir, gerando até mesmo dúvida ao Juiz que não compreendeu que a Resolução deveria ser implantada imediatamente. Foi publicada em Diário Oficial e desconsiderou a voz dos sujeitos diretamente atingidos. Isso nos dá a certeza de que a Secretaria de Educação não mantém em sua gestão a mesma "democracia" exigida das Unidades Escolares por meio do projeto "Gestão Democrática" com todos os segmentos do coletivo escolar (pais, comunidade, alunos, professores e funcionários). O que a SEE prega como verdade educativa, quando não age como tal?

Diante do ocorrido, o Jurídico da Aspresp entrou com Mandado de Segurança, tentando impedir que tais medidas arbitrárias se tornem um agravante à saúde dos professores readaptados do Governo do Estado de SP. Já há precedentes.

Como outra medida, a Associação tentou entrar em contato, por diferentes meios, com CGRH e, após o Ofício nº1, em 24 de abril de 2017, direcionado à Srª Carmen Lúcia Machado Passarelli, Coordenadora do CGRH, mas não obtivemos dela nenhuma resposta, ratificando o descaso conosco.

Nota-se o vergonhoso modo como foi aplicada a Resolução e a desorganização que podemos ver na estrutura da SEE do Estado de São Paulo. Temos os levantamentos de todas as Diretorias de Ensino, mas em uma única nota é impossível relacionar tantos desconfortos. Há, por exemplo, Diretorias que ainda não informaram a Resolução aos Readaptados, mesmo passados os prazos. Por outro lado, outras que adotam com o readaptado tratamento desrespeitoso ou por desconhecimento, pois automaticamente atribuíram nova Sede de frequência pela pontuação, sem orientação clara. Entretanto tiveram que retroceder por ordem judicial nesta última semana.

Questionamos essa arbitrariedade da Secretaria de Educação. As medidas que adotam conosco nos mostra que não há interesse em fazer uma reestruturação digna que aproveite respeitosamente nossa vontade de continuar contribuindo para a Educação Pública de São Paulo, profissão para a qual depredamos anos de preparo. Somos estigmatizados como "encostados" que podem fazer qualquer coisa, muitas vezes até desrespeitando o ROL de Atividades. Não existe o olhar voltado para a valorização do trabalho do readaptado, que pode fazer a diferença.

Necessitamos nos afastar das salas de aula para poder amenizar os problemas de saúde, mas como poderemos melhorar se, professores que ficaram excedentes têm que sair do seu vínculo, do trabalho já realocado, "re"-adaptado e, embora com problemas de saúde física, psíquica e social, cumprem e bem, muitas vezes há anos, suas atividades. Segundo o que propõem a tal "Resolução SE 18 de 10-04-2017" muitos professores seriam obrigados a se deslocar para uma escola distante de sua sede, até 160 km.

Como preservar a saúde que já exige gastos e uma qualidade de vida com o custeio de viagens para trabalhar? Todos estão desesperados, pois entendem que pagarão para trabalhar e pouco sobra para se cuidar. Qual a justificativa sensata usada para mudar a vida de um docente readaptado que obteve o direito legal da oportunidade de se movimentar pela Resolução de 2014? Por essa Resolução anterior muitos professores readaptados se estabeleceram em outros locais tanto na vida profissional como na particular, casando-se e fixando emprego e residência.

Esperamos, portanto, que abram diálogo para que seja mostrado o trabalho que os professores readaptados estão fazendo em suas Unidades Escolares, até então desconhecido por certamente desinteresse, por aqueles que estão no topo da hierarquia.

Rosimari Nunes de Araújo Tomura  
Presidente  
Rg 18.895.310-3  
Contato: e-mail: presidencia@aspresp.com.br  
Tels: (19)36565184 / (19)992964608 / (19) 981739096